

24.outubro.2012 – 14h00

**RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA**

**Entidade:** **Pró-Inclusão – Associação Nacional Docentes de Educação Especial**  
Prof. Doutor David Rodrigues

**Recebidos por:** Deputados do Grupo de Trabalho da Educação Especial: Margarida Almeida (Coordenadora), Maria Manuela Tender (PSD), Rui Jorge Caetano (CDS-PP), Rita Rato (PCP) e Luís Fazenda (BE).

**Assunto:** Situação da Educação Especial

O Sr. Prof. Doutor David Rodrigues começou por agradecer a disponibilidade dos Deputados do Grupo de Trabalho para participarem no Congresso Internacional “Educação Inclusiva e Equidade”, agendado para os dias 31 de outubro, 1 e 2 de novembro, no Instituto Piaget.

Apresentou, de seguida, as preocupações que motivaram o pedido de audiência e bem assim a concentração junto ao Ministério da Educação e Ciência, no passado dia 9 de outubro, e que, em suma, se expõem:

- O início do presente ano letivo encontra-se marcado por graves atropelos aos direitos educacionais dos alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE), registando-se uma diminuição significativa de recursos, um atraso na provisão dos serviços de apoio a estes alunos e uma falta de resposta capaz e competente das escolas.
- A colocação tardia dos professores de Educação Especial inviabilizou um bom planeamento dos serviços e compromete o acompanhamento de um elevado número de alunos com NEE de carácter permanente.
- Apesar de não existir qualquer evidência sobre a diminuição do número de alunos com NEE, o número de docentes de Educação Especial é inferior ao do ano passado.
- É preciso repensar o modelo dos Centros de Recursos para a Inclusão (CRI). As respostas têm sido insatisfatórias ao nível do recrutamento de técnicos, do tempo de atendimento face às necessidades dos alunos e da inexistência de horário para que os técnicos se articulem e planifiquem com os professores.
- É urgente a avaliação das unidades de ensino especializado, sendo que existem escolas onde os alunos com NEE estão privados de frequentar a classe regular.
- O Sistema Nacional de Intervenção Precoce precisa de ser articulado com os serviços de Educação Especial, de modo a que se processe a necessária colaboração e sem prejuízo do superior interesse da criança.
- A Transição para a Vida Pós Escolar constitui outra das preocupações, visto que se encontra “em terra de ninguém”. A Portaria n.º 275-A/2012 não é aplicada e não foi revista nem substituída e existe uma enorme carência de cursos de Formação Profissional adequada aos jovens com NEE. É indispensável que o Ensino Profissional integre professores especializados capazes de apoiar o desenvolvimento de competências profissionais.
- A forma como a CIF tem sido utilizada e aplicada é ineficaz, quer no processo de avaliação dos alunos e de decisão das respostas que devem ser dadas, quer na elaboração e desenvolvimento dos Programas Educativos Individuais (PEI).
- É necessário repensar e reestruturar a Formação Inicial e Especializada no campo da Educação Especial.

Terminou, defendendo que a inclusão não se destina a alunos com deficiência, sendo antes uma perspetiva de escola, que serve estes e todos os outros, que num determinado momento precisam de apoio. Considerou ainda que o apoio deve ser perspetivado em termos dos

alunos, mas também em termos das escolas, para que estas tenham capacidade de inovação e de mudança.

A Sra. Deputada Manuela Tender (PSD) agradeceu a exposição e as propostas concretas apresentadas e perguntou se tiveram alguma reação do Ministério da Educação e Ciência ao documento entregue, e se entendem que é possível uma gestão mais racional dos recursos sem afetar os direitos das pessoas e os modelos que defendem para esta área.

O Sr. Deputado Luís Fazenda (BE) considerou que o modelo inclusivo tem sido ameaçado e que os cortes sucessivos nesta área ameaçam o futuro deste setor, pelo que disse temer que venha a acontecer um acantonamento de crianças com NEE, dada a falta de apoios. Manifestou, por último, a sua solidariedade relativamente à posição dos pais de avançarem com queixas contra a omissão do Estado, em relação ao apoio a estas crianças.

A Sra. Deputada Rita Rato (PCP) referiu-se aos problemas registados no início do ano letivo e aos apelos desesperados dos pais, considerando que os direitos das crianças com NEE estão a ser postos em causa. Enumerou alguns casos específicos, sobre os quais dirigiu perguntas ao Governo, sem que tenha recebido qualquer resposta. Manifestou também a sua preocupação em relação à externalização da resposta a estes alunos através dos CRI, entendendo que os recursos são hoje uma questão estrutural. Por último, questionou o presidente da Pró-Inclusão sobre o número de crianças sinalizadas e considerou incompreensível que o Governo pretenda alterar a legislação nesta área, quando não cumpre a que se encontra em vigor.

O Sr. Deputado Rui Jorge Caetano (CDS-PP) agradeceu a exposição e afirmou que o seu Grupo Parlamentar tudo fará no sentido de reduzir ou superar as dificuldades identificadas. Considerou ainda que é possível, com os mesmos recursos, fazer melhor e de uma forma mais eficaz, em favor dos alunos com NEE e solicitou propostas concretas e medidas de eficiência e de eficácia nesta área.

O Sr. Prof. Doutor David Rodrigues afirmou que, no ano 2012/2013, estavam no sistema 6.200 professores de Educação Especial, contando os CRI com um orçamento de 9 M€. Relativamente ao presente ano letivo, afirmou que não conhece nenhum CRI que não tenha registado um corte de cerca de 40%, pelo que considera que o acantonamento dos alunos NEE configura um perigo concreto, dada a diminuição dos recursos e a inevitável tendência para a sua segregação.

Referindo-se ainda aos cortes previstos, na ordem dos 340 M€, para a área da Educação, considerou que o grande desafio consiste em perceber como e onde poupar para obter os mesmos resultados. Reiterou, por último, a necessidade de repensar a Intervenção Precoce e a sua articulação com a Educação Especial.

A Sra. Deputada Margarida Almeida (Coordenadora) afirmou que o Grupo de Trabalho tudo fará para questionar e aprofundar estas e outras questões, considerando que é necessário aperfeiçoar os instrumentos de que dispomos, de forma a torná-los mais eficazes na sua aplicação.

A documentação da audiência, incluindo a gravação áudio, encontra-se disponível [na página da Comissão, na Internet](#).

Palácio de São Bento, 24 de outubro de 2013

A assessora  
*Cristina Tavares*